

Ensinando a Palavra de Deus

por W. Gary Crampton, Th.D.

Somos informados na Bíblia que o propósito primário da igreja é ensinar ao povo de Deus a Palavra de Deus. Por exemplo, Paulo diz a Timóteo: “Escrevo-te... para que saibas como convém andar na casa de Deus, que é a igreja do Deus vivo, a coluna e firmeza da verdade.” (1 Timóteo 3:14-15). E Cristo, na Grande Comissão, ordena a igreja a “fazer discípulos de todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado” (Mateus 28:19,20). Em seu comentário sobre a primeira passagem, João Calvino escreve: “A igreja é a coluna da verdade porque, através do seu ministério, a verdade é preservada e difundida... o ofício de ministrar a doutrina que Deus pôs em suas mãos é o único meio para a preservação da verdade, a qual não pode desaparecer da memória dos homens”.¹

Esse sendo o caso, é imperativo para nós conhecermos o que o ensino da Palavra de Deus exige.² O que é “ensino”? e, o que é “a Palavra de Deus”? Começemos definindo o último. A Palavra de Deus consiste dos 66 livros da Bíblia. Nas palavras da Confissão de Fé de Westminster: “Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento” (1:2). Os teólogos então listam os 39 livros do Antigo Testamento e os 27 livros do Novo Testamento.

Essa definição é importante porque hoje, muitas assim chamadas organizações cristãs têm adicionado ou subtraído algo desses 66 livros — uma violação direta do ensino da própria Escritura (compare Deuteronômio 4:2; Provérbios 20:6; Apocalipse 22:18, 19). O movimento carismático errou nessa área ao asseverar que certos dons de palavra miraculosos ainda são válidos. O Catolicismo Romano também é culpado nesse ponto por elevar alguns dos escritos apócrifos e a

tradição da igreja ao nível da Bíblia. Mas os Reformadores, e mais tarde os Puritanos, não cometeram tal erro. Para elas a Palavra de Deus consistia dos 66 livros listados na Confissão. E a esses livros “nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens” (1:6).

Segundo, a Escritura é plenamente autoritativa. Diz a Confissão: “A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (que é a própria verdade), que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus” (1:4). E, “o cristão, segundo a autoridade do próprio Deus que fala em sua Palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado” (14:2).

De acordo com os teólogos de Westminster, a autoridade estabelecida na Escritura é derivada de sua origem única: “ela é a Palavra de Deus”. E simplesmente por essa razão “ela deve ser crida e obedecida”. É essa origem única que torna a Escritura auto-autenticadora e auto-evidente. A Bíblia reivindica ser inspirada: “o próprio Deus fala nela” e faz essa reivindicação frequentemente. Em 2 Timóteo 3:16, por exemplo, lemos: “Toda a Escritura é dada por inspiração de Deus”. Essa afirmação por si mesma, certamente, não significa que ela seja inspirada, embora seja significativa que a reivindicação é feita (pouquíssimos livros fazem tal afirmação). Por que, então, alguns crêem nessa reivindicação e outros não? Porque o Espírito produz essa crença nas mentes dos eleitos: “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (Romanos 8:16). Como Calvino escreveu, “aqueles que são interiormente ensinados pelo Espírito Santo aquiescem implicitamente na Escritura”.

Como a Confissão observa, há várias evidências de que a Bíblia é a revelação infalível de Deus para o homem, mas aparte do testemunho interno do Espírito, essas

¹ John Calvin, *Commentaries on the Epistles to Timothy, Titus, and Philemon*, translated by William Pringle (Grand Rapids: Baker, 1981), 90.

² Usei de certa forma a palestra de John W. Robbins, “Teaching Economics from the Bible,” proferida no Florida Homeschool Convention em Kissimmee, Flórida, em Junho de 1995.

evidências são em vão: “Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações” (1:5).

A Bíblia, então, deve ser considerada como o ponto de partida axiomático do cristão. Ela é o primeiro princípio indemonstrável, o axioma do qual tudo o mais é deduzido. Nesse sentido, o Cristianismo não é mais circular em raciocínio do que nenhum outro sistema, pois todo sistema deve começar com premissas indemonstráveis. Se essas premissas pudessem ser provadas, então elas não seriam primeiros princípios. Por conseguinte, o Cristianismo deve começar com a Escritura e sua reivindicação auto-atestadora de inspiração.

Terceiro, sob a definição da Palavra de Deus, a Escritura é suficiente para todas as necessidades de uma pessoa. Paulo diz isso dessa forma: “Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja completo e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (2 Timóteo 3:16,17). Os teólogos de Westminster concordam. Na Confissão eles escrevem: “Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum” (1:6).

Note os termos universais nessas duas declarações: “toda”, “completo”, “perfeitamente”, “toda”, “todo”, “todas”, “nada”, “em tempo algum”. A Bíblia, infalivelmente, e a Confissão, em conformidade com a Bíblia, ensinam a auto-suficiência da Escritura. De acordo com esse princípio do *sola Scriptura* da Reforma, nem a ciência, nem a história, nem a filosofia podem nos dar a verdade. A Bíblia tem um monopólio sobre a verdade. A Bíblia deve ser o livro-texto para toda área da vida.

Vivendo no final do “iluminado” século vinte, algumas vezes ouvimos ser dito que a Bíblia não é um livro-texto de ciência, política, economia e assim por diante. Usualmente o que se quer dizer por esse banal clichê é que a Bíblia precisa ser suplementada por outras fontes de verdade. Mas essa teoria de “dupla-fonte” da verdade é alheia à Palavra de Deus. A Bíblia não é somente um livro-texto, ela é o livro-texto; e todos os outros devem se conformar ao ensino da Bíblia.

A verdade da Bíblia, contudo, não é restrita ao ensino explícito da Escritura. Aquelas coisas que podem ser logicamente deduzidas “pela boa e necessária consequência” também são verdade de Deus. O homem, sendo o portador da imagem de Deus, deve usar a mente racional que Deus lhe deu para pensar os pensamentos de Deus segundo ele. Nós devemos trazer “todo pensamento cativo à obediência de Cristo” (2 Coríntios 10:5). Os comentários de Hodge são apropriados: “É a condição indispensável da salvação que nosso entendimento deve ser trazido em cativo, levado submisso, como se preso, em obediência de Cristo... Devemos renunciar a dependência de nosso próprio entendimento e nos submeter implicitamente, como criança obediente, ao ensino de Cristo”.³ Isso envolve dedução lógica a partir de declarações proposicionais da revelação bíblica, para que possamos coletar todo o conselho de Deus.

A segunda definição diz respeito ao “ensino”. O ensino é definido como a transmissão de verdade à mente. Estritamente falando, somente Deus pode ensinar. Jesus declara isso em Mateus 23:10: “Nem sereis chamados mestres, porque um só é vosso Mestre, o Cristo”. Cristo, lemos no Evangelho de João, é “a verdadeira luz que dá luz [epistemológica] a todo homem que vem ao mundo” (João 1:9).

Pastores e mestres apresentam proposições aos estudantes, mas se o estudante há de aprender, é porque Deus causou isso. Paulo escreve: “Eu plantei, Apolo regou; mas o crescimento veio de Deus. De modo que nem o que planta é alguma coisa, nem o que rega, mas Deus, que dá o crescimento” (1 Coríntios 3:6,7). Sobre essa passagem, B. B. Warfield apropriadamente comenta: “Os homens são apenas instrumentos de Deus, ferramentas, agentes (ministros) na realização de sua obra. Eles não agem nela por Deus, isto é, em lugar de Deus; mas Deus age através deles... Esse é o ensino de Paulo por toda a parte: que

³ Charles Hodge, *I & II Corinthians* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1974), 612.

assim como foi Deus quem nos criou como homens, assim, é Deus quem nos recria como cristãos. E o primeiro num sentido tão direto e verdadeiro como o outro. Assim como ele usou agentes no primeiro caso — nossa geração natural (pois nenhum de nós nasceu sem pais) — assim ele pode usar instrumentos no outro, nossa regeneração espiritual (pois nenhum de nós nasce como cristão onde não há a Palavra). Mas em ambos os casos, é Deus e Deus somente quem dá o crescimento”.⁴ E nas palavras do Catecismo Maior: “As Sagradas Escrituras devem ser lidas com uma estima alta e reverente para com elas; com uma firme persuasão de que elas são a própria Palavra de Deus, e que ele [Deus] somente pode nos capacitar a entendê-las” (Q. 157).

Segundo, ensino é sobre idéias; é sobre a mente; é uma atividade mental. Tecnicamente falando, “educação física” é uma contradição de termos. A frase “treinamento físico” é muito mais apropriada. Podemos usar o termo “aprender” metaforicamente, tal como “aprender” ginástica ou “aprender” a andar de bicicleta. Mas na realidade, esse é um exercício em treinamento. Educação tem a ver com mentes. Esse é o porquê Paulo escreve que o processo de santificação envolve a transformação da mente da pessoa: “transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Romanos 12:2). E o apóstolo Pedro convoca seus leitores a “cingir os lombos do vosso entendimento” (1 Pedro 1:13).

E terceiro, o ensino apropriado precisa de uma cosmovisão bíblica, uma cosmovisão cristã: a cosmovisão que dá nascimento e sustenta a liberdade religiosa, política, social e econômica no Ocidente. Na linguagem bíblica, não é suficiente que alguém tenha conhecimento; a pessoa deve ter também entendimento e sabedoria. Entendimento é discernimento, e sabedoria é ver como os pedaços de conhecimento reúnem-se num todo integrado perfeitamente lógico; é ver como cada parte do retrato está relacionada com o todo.

O homem sábio, de acordo com a Escritura, é aquele que não somente conhece a Palavra de Deus, mas também conhece o sistema de verdade, e como habilmente aplicá-lo a cada área da vida. E esse sistema é talvez melhor sumarizado nos Símbolos de

Westminster, consistindo da Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos Maior e Menor. Os Símbolos são, para citar B. B. Warfield, “a cristalização final dos elementos da religião evangélica, após os conflitos de 1600 anos... Eles são a declaração mais rica, mais precisa e melhor ponderada jamais escrita de tudo que já entrou na religião evangélica e de tudo que deve ser salvaguardado se a religião evangélica há de persistir no mundo”.⁵

Conclusões

Com essas duas definições diante de nós, deveria ficar evidente que a importância do ensino fiel da Palavra de Deus não pode ser exagerada. Ele é o propósito primário da igreja. É a Palavra de Deus somente que é “viva e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração” (Hebreus 4:12). Quando Cristo empunha a espada do Espírito, ela se torna eficaz para a salvação e santificação. Como declarado na Confissão: “A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida” (14:1).

Esse sendo o caso, pastores e mestres fiéis são chamados a ensinar todo o conselho de Deus. Então e somente então eles verão progresso no reino de Deus. Como Gordon Clark certa vez escreveu:

“Tem havido tempos na história do povo de Deus, por exemplo, nos dias de Jeremias, quando a graça refrescante e o reavivamento difundido não eram para ser esperados: o tempo era de castigo severo. Se esse século vinte é de uma natureza similar, indivíduos cristãos aqui e ali podem encontrar conforto e força num estudo da Palavra de Deus. Mas se Deus tem decretado dias mais felizes para nós e se podemos esperar uma sacudidela mundial e um despertar espiritual genuíno, então, é a crença do autor de que um zelo pelas almas, embora necessário, não é a condição suficiente. Não tem havido santos devotos em todas as eras, numerosos o suficiente para levar adiante um reavivamento? Doze de tais pessoas seria

⁴ Cited in Geoffrey B. Wilson, *1 Corinthians* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1978), 52.

⁵ Benjamin B. Warfield, *Selected Shorter Writings*, Vol. II, edited by John E. Meeter (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1973), 660.

abundância. O que distingue as eras áridas da do período da Reforma, quando as nações foram estremecidas como elas nunca tinham sido desde o tempo quando Paulo pregou em Éfeso, Corinto e Roma, é a plenitude do conhecimento da Palavra de Deus no tempo da Reforma. Para ecoar um pensamento antigo da Reforma, quando o agricultor e o ferreiro conhecem a Bíblia tão bem quanto os teólogos, e conhecem melhor do que alguns teólogos contemporâneos, então, o desejado despertamento já terá ocorrido”.⁶

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
felipe@monergismo.com
Cuiabá-MT, 03 de Setembro de 2005

⁶ Gordon H. Clark, *What do Presbyterians Believe?* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1965), vii.